

Crises e leniência com a inflação

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A publicação de *Getúlio 1945-1954 Da volta pela consagração popular ao suicídio*, pela Companhia das Letras, completa a trilogia biográfica de Vargas, de Lira Neto. Tal como os volumes anteriores, o livro está repleto de episódios suculentos, especialmente sob o prisma das negociações políticas. Desperta fascínio pelas tratativas políticas que envolveram a participação de Ademar de Barros na estratégia eleitoral varguista em 1950. Mais ainda, pelas conjecturas sobre o atentado da Rua Tonelero a Carlos Lacerda. E, também, vergonha alheia com a patética reunião ministerial ampliada, na madrugada que precedeu o suicídio de Getúlio.

Há desequilíbrio entre o tratamento no livro do período de cerca de cinco anos de Getúlio como senador absentista, curtindo amarguras no Rio Grande, e candidato presidencial (200 páginas) e os três anos e sete meses como presidente (150 páginas), período que, em princípio, mereceria mais atenção.

Como nos volumes anteriores da obra, o autor está bem mais à vontade no tratamento de temas políticos. Apenas toca, quando não passa ao largo, dos assuntos econômicos. Mas a verdade é que, também nesse período, a economia é importante para explicar resultados de eleições e crises políticas.

A despeito do sucesso do governo Vargas quanto a avanços institucionais, com a criação do BNDE e da Petrobrás, por exemplo, o desempenho na gestão da economia foi fraco. Em contraste com 1945, tais limitações contribuíram significativamente para a crise que levou ao suicídio em 1954.

Getúlio colheu o que plantou com o fracasso da política econômica implementada no início de seu governo. Lafer, ministro da Fazenda, pretendia concentrar esforços iniciais na contenção da inflação. Para isso, cortaria gastos públicos – o que fez com sucesso – e, com a taxa de câmbio grotescamente sobrevalorizada, aproveitaria a melhora dos termos de troca de mais de 66% em 1950 para emitir maciçamente licenças de importação com o objetivo de manter os preços domésticos sob controle. Programa que conflitava claramente com a generosa política creditícia adotada por Ricardo Jafet no Banco do Brasil. Com a agravante de que o financiamento externo exigido pelo descongelamento dos substanciais atrasados comerciais acumulados com a expansão das importações inviabilizou o financiamento de boa parte dos projetos de infraestrutura.

A tentativa de reversão da política econômica, com Oswaldo Aranha como ministro da Fazenda, não teve sucesso. Não houve condições políticas para que a reforma cambial de outubro de 1953 fosse acompanhada por ações que assegurassem a contenção da inflação.

Passados mais de 60 anos, continua relevante a consideração dos custos políticos gerados pela leniência com a inflação. Agora, o represamento de tarifas de serviços públicos e de preços de combustíveis, combinado à taxa inflacionária beirando persistentemente o limite superior da

meta, faz temer que, caso Dilma Rousseff seja reeleita, o enraizamento da tolerância com a inflação leve, no próximo ano, ao abandono do regime de metas com consequências políticas desestabilizadoras.

Os sinais de agravamento da complacência com a inflação são claros. O ministro da Fazenda, em entrevista desastrosa, reafirmou que não “adotaremos política heroica contra a inflação”, pois isso criaria “paz no cemitério”, com recessão e desemprego. Clara tolerância implícita com inflação alta. Por outro lado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, em evento promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, assegurou que o Brasil é “uma ilha de tranquilidade” graças aos juízes que resolvem conflitos “em condições ruins, inclusive salarial”. A manifestação é reveladora, pois indica as pressões que serão exercidas para o aumento de gastos públicos com base em argumentos discutíveis.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.